



“E um eco de dor para o futuro”: a construção de uma Memória sobre a Balaiada

LILLIAN MICHELI SILVA¹

Resumo: A relação entre a política e a escrita da História pode ocorrer de diferentes formas tendo como eixo de discussão e reflexão acontecimentos de diversas naturezas. Mas, sem dúvida, os momentos marcados por intensa conturbação social, como revoltas populares, produzem múltiplas interpretações por parte dos atores históricos envolvidos no conflito, que elaboram discursos e narrativas sobre o acontecimento que presenciaram e procuram legitimá-lo, analisá-lo ou criticá-lo. Pode-se considerar que um período fértil para a pesquisa destas questões é o período regencial e início do Segundo Reinado no Brasil Império, marcado pela efervescência de debates políticos, projetos nacionais e mobilizações sociais que perpassaram pelas disputas no processo de construção do Estado Nacional e desencadearam, em algumas províncias do Império, os conflitos armados. Este foi o caso da revolta da Balaiada, ocorrida principalmente na província do Maranhão, que se expandiu para as províncias vizinhas do Piauí e Ceará, entre os anos de 1838-1841, e contou com participação expressiva de homens livres e escravos. Considerando este contexto, a proposta do artigo é identificar aspectos que auxiliam na compreensão das disputas sobre o passado e sobre a construção da memória social da Balaiada tendo como ponto central de reflexão a produção e publicação de uma obra escrita durante o desenrolar dos acontecimentos da revolta. Trata-se da "Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840", escrita por Domingos José Gonçalves de Magalhães, famoso literato fluminense, que na ocasião da revolta era secretário do governo da província, e teve acesso aos documentos oficiais produzidos durante a revolta. Pontua-se que para a análise da construção desta narrativa, é essencial considerar a formação e atuação de Gonçalves de Magalhães, identificando o lugar social/político ocupado por ele no cenário do Império brasileiro e as suas relações estabelecidas com diferentes agentes em espaços distintos.

Palavras-chaves: Balaiada; História; Política; Memória

Durante o período do início do Segundo Reinado chegaria ao fim uma das mais importantes revoltas populares do Brasil que contou com a expressiva participação de homens livres pobres e escravos. Essa revolta ocorreu entre os anos de 1838 - 1841 na província do Maranhão, e passou a ser conhecida por Balaiada, assim denominada por fazer referência ao ofício de um de seus principais líderes, Francisco Ferreira, que sobrevivia nas proximidades da comarca do Brejo com a produção e venda de balaies. Além desse conhecido líder, outros chefes da revolta eram provenientes das camadas populares da sociedade maranhense, como era o caso do vaqueiro Raymundo Gomes, Lívio, Ruivo e do negro Cosme. O último, inclusive, estava principalmente à frente dos escravos e colocava como um dos objetivos da revolta o fim da escravidão.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo – Campus Guarulhos. A pesquisa conta com o financiamento da CAPES.

A identificação da origem, dos principais atores sociais envolvidos no conflito, os acontecimentos ocorridos durante a revolta e o seu desfecho foram aspectos narrados detalhadamente por Domingos José Gonçalves de Magalhães, um jovem literato brasileiro, que na ocasião da escrita da *Memória* ocupava o cargo de secretário de governo do Maranhão, província esta governada política e militarmente por Luís Alves de Lima, o futuro Duque de Caxias.

Acreditamos que o texto escrito por Magalhães constituiu um elemento basilar para a interpretação elaborada nas primeiras décadas após a revolta, utilizada principalmente pelo grupo dos conservadores, para a identificação da Balaiada como uma revolta de sanguinários, bárbaros, e sem nenhuma legitimidade política. Portanto, propomos neste artigo, apresentar os principais aspectos desse processo de construção, buscando relacionar a temporalidade da escrita do texto logo após a revolta e o momento de sua publicação alguns anos mais tarde.

No entanto, antes de nos atermos às questões relacionadas à escrita, divulgação e circulação dessa narrativa, cabe nos apresentar os principais aspectos da trajetória de Magalhães que são anteriores a sua viagem para o Maranhão, pois este constituiu um período interessante para pensarmos sobre as preocupações apresentadas pelo jovem poeta diante da efervescência de projetos para o desenvolvimento nacional.

Assim, antes de ser nomeado secretário do governo para uma província do norte, Magalhães já era conhecido na corte do Império por suas produções literárias – em especial a obra *Suspiros Poéticos e Saudades*, a *Revista Nytheroi* e a peça teatral *Antonio José ou o Poeta e a Inquisição* - e também por participar dos debates políticos durante a década de 1830, envolvendo-se na elaboração de concepções sobre a abdicação de D. Pedro I em 1831 e realizando avaliações a respeito dos debates políticos no regresso conservador.

Com relação aos anos iniciais da década de 1830, Magalhães, um estudante de medicina e frequentador das aulas de filosofia do colégio São José, vivenciou a intensa movimentação política e social que ocorreu no contexto da abdicação de D. Pedro I e sem dúvida esses primeiros anos do período regencial marcaram fortemente a sua produção literária que se iniciaria com a publicação do livro *Poesias* em 1832.

Assim, após a abdicação, os contemporâneos ao acontecimento, acreditavam que novos caminhos deveriam ser trilhados pela jovem nação e a efervescência do debate político caracterizaram o “laboratório da nação” - expressão utilizada pelo historiador Marco Morel

para indicar a existência das disputas de diversos projetos nacionais e pelo aparecimento de novos atores políticos nesse momento (MOREL, 2003, p. 9). Além disso, as discussões políticas encontravam novos espaços e não ficariam restritas aos ambientes palacianos e institucionais, contando inclusive com ampla participação popular. Assim, de acordo com o historiador Marcello Basile, ocorreu neste momento uma “rápida politização das ruas”, e a constituição de novas arenas “de lutas dos mais diversos grupos políticos e camadas sociais, marca[ram] a emergência de novas formas de ação política” (BASILE, 2009, p. 59).

Com a intensificação dos debates, Magalhães projetava na produção poética as expectativas do início do desenvolvimento nacional. A poesia exerceria, na visão de Magalhães, a função de direcionamento político, pois auxiliava na compreensão do passado nacional e, conseqüentemente, contribuiria na construção de novas perspectivas para o futuro. No Brasil, a falta de incentivo para a produção literária dificultava o conhecimento das glórias do passado, pois Magalhães acredita que a função da poesia era lembrar os “heróis famosos, que pela pátria afrontaram os perigos e a morte”, transformando-os em exemplos pedagógicos para o povo (MAGALHÃES, 1832, p. I).

Depois dessa experiência e das discussões geradas no contexto da abdicação, esperançoso e animado com as possibilidades do novo momento, Magalhães seguiu para a Europa, entre os anos de 1833-1837, e na companhia de outros brasileiros, como Araújo Porto Alegre e Francisco Sales Torres Homem encontrou outros espaços para as discussões sobre o caráter nacional do Império Brasileiro que já haviam sido intensificadas com o 7 de abril. Conforme o estudo realizado por Antonio Candido, este grupo, que contava ainda com João Manuel Pereira da Silva e Cândido de Azevedo Coutinho, constituiu o primeiro esforço definido de busca por uma literatura própria e específica do Brasil, processo que passou a ser identificado como o início do Romantismo brasileiro. Foi após o encontro destes homens e das discussões de novas concepções que se formou o grupo da Niterói, em alusão ao nome da Revista elaborada por eles no ano de 1836, e se iniciou o “grande processo de tomada de consciência nacional” (CANDIDO, 2009, p. 329).

Ao retornar para o Brasil em 1837, o poeta ganharia maior destaque na corte do Império ao manter-se ativo nas discussões políticas através da escrita de artigos para um periódico da corte, chamado *Jornal dos Debates políticos e literários* e participar do intenso debate sobre a organização dos poderes. Através desses artigos, Magalhães constantemente

opinava sobre a política e sobre a cultura brasileira recorrendo-se às análises de processos históricos de outros países.

Assim, Magalhães ressaltava a importância do conhecimento histórico de qualquer nação para que fosse possível a compreensão da “marcha” do progresso que deveria ser seguida. A História, em sua concepção, constituía uma base fundamental para a construção das referências e modelos que auxiliariam na conformação do ideário nacional, especialmente para o Brasil, uma jovem nação, que vivenciava o contexto considerado de “crise” diante das revoltas provinciais e das disputas políticas do final do período regencial. Assim, a lição máxima do passado, segundo Magalhães, indicava que História sempre apresentava ensinamentos que auxiliavam na conformação do presente e direcionamento do futuro.

Assim, o literato era o que os contemporâneos denominavam de um “homem das letras”, e registrava, tanto em seus escritos poéticos quanto em seus artigos de jornal, a necessidade da compreensão do passado nacional e essa reflexão seria, segundo o próprio Magalhães, uma tarefa desempenhada pelos filósofos, responsáveis por transmitir a compreensão do processo histórico para o povo.

A Memória da Balaiada: processo de escrita e publicação

No final do ano de 1839, ao ser nomeado secretário do governo para o Maranhão, Magalhães teve a experiência de vivenciar mais de perto as fissuras e tensões do Império Brasileiro, e esse momento seria uma oportunidade para a realização na prática da missão dos “filósofos”, que possibilitaria a compreensão da marcha da História do Império brasileiro, e a partir disso, fosse possível extrair os principais ensinamentos da História que pudesse servir de lição para a posteridade, mas que também possibilitasse uma ação imediata no presente para a conformação do Estado e da nação brasileira.

O cargo de secretário do governo, com funções administrativas importantes, facilitou o acesso direto aos documentos e ofícios produzidos no Maranhão durante a revolta e foi principalmente a partir desse material que Magalhães organizou o que era necessário para escrever a narrativa dos acontecimentos da revolta, realizando esse trabalho nos meses finais da Balaiada, no ano de 1841.

No entanto, após o término da revolta, Magalhães voltaria para o Rio de Janeiro, ocupando-se de atividades literárias e das funções de professor do colégio Pedro II, e não

publicaria de imediato a sua narrativa da Balaiada. Em 1843, o poeta seria mais uma vez encarregado dos serviços de secretário de província acompanhando o governo do Barão de Caxias em outro ponto conflitoso do Império, a província do Rio Grande do Sul. Entretanto, apesar da campanha positiva para o governo central, a Farroupilha, diferentemente da Balaiada não foi historiada por Magalhães.

O público leitor só conheceria a História sobre a revolta dos balaios produzida por Magalhães depois de cessada a Revolta dos Farrapos, com a publicação do texto no segundo semestre de 1848, quando a *Revista do IHGB* imprimiu com destaque em suas páginas a *Memória da Balaiada*. A publicação ocorreu logo após o Instituto destacar a importância desse texto, indicando o sucesso de Magalhães de narrar os acontecimentos de forma imparcial e premiando o texto como uma obra exemplar de História. O parecer do IHGB em 1847 destacava que

“Raros são os trabalhos feitos sobre acontecimentos políticos por autores contemporâneos, que reúnam tantos requisitos de perfeita exatidão e imparcialidade como esse que ora nos ocupamos. O seu autor achou-se colocado na mais feliz condição para bem observar os sucessos que narra... Estranho aos partidos, que lutavam entre si nesse período calamitoso da História da província do Maranhão, ele pode apreciar o encadeamento de causas diversas, que trouxeram consigo aquela medonha explosão de guerra civil e de anarquia, e distinguir a natureza e diversidade dos elementos que o formavam” (Revista do IHGB, v. 7, 1847).

Assim, com esse parecer o IHGB, dava o aval, exaltava a *Memória*, e publicava em sua revista um trabalho que tomava como objeto de análise um fato da história recente brasileira o que não era nada comum em suas publicações desse período. A historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães, por exemplo, ao analisar as publicações da *Revista do IHGB*, observa que os temas da história recente poderiam “trazer à tona uma série de contradições, dúvidas e até mesmo rivalidades pessoais, que em nada poderiam contribuir para o fortalecimento das debilitadas instituições monárquicas”. (GUIMARÃES, 1994, p. 125-126).

Assim, é importante destacar também que a prática de produzir uma narrativa que tinha como finalidade a escrita histórica de um conflito recente não ocorria com frequência na primeira metade do século XIX, mesmo com o grande número de revoltas e tensões vivenciadas no Império. A Cabanagem, a Sabinada, a Revolução Farroupilha e as revoltas liberais de 1842 em São Paulo e em Minas Gerais não tiveram seus acontecimentos narrados e publicados imediatamente após o fim dos conflitos.

Além da *Memória* escrita por Magalhães teremos apenas outras duas narrativas sobre revoltas produzidas na década de 1840 por homens que estiveram presentes na Revolução Praieira, em Pernambuco: a primeira publicação seria da narrativa escrita por Urbano Sabino em 1849 que figurava ao lado dos liberais na revolta, e a segunda publicação foi escrita como resposta àquela pelo conservador Jerônimo Martiniano publicada logo em seguida, em 1850.

Podemos considerar que a *Memória da Balaiada* inaugurou o registro histórico das revoltas no cenário de publicações, e seria seguida pelas narrativas de Urbano Sabino e Jerônimo Martiniano. As três narrativas, publicadas em um intervalo de dois anos, têm em comum a característica de terem sido produzidas por homens que estiveram envolvidos nas revoltas, mas que apresentam motivações específicas para historiá-las. Apesar da bandeira da imparcialidade estar presente em todas as obras, apoiada principalmente na justificativa da exposição dos acontecimentos a partir dos documentos produzidos durante a revolta, é importante observar como as disputas políticas e os respectivos posicionamentos dos autores são essenciais para a compreensão do contexto de produção destas obras.

O ano de publicação da *Memória de Balaiada*, 1848, também é bastante significativo. O final da década de 1840 foi um período marcado pelas tensões políticas e sociais, quando os debates entre os conservadores e os liberais eram intensos. Foi também o ano da Praieira, momento em que os conservadores tentavam um redirecionamento desse apaixonado debate e a publicação da *Memória da Balaiada*, especialmente a caracterização da revolta produzida por Magalhães, constituiria mais um elemento para este debate.

Apesar do parecer da *Revista do IHGB* indicar que Magalhães esteve alheio às disputas entre os dois partidos existentes no Maranhão – os Cabanos e os Bem ti vis -, a apreciação que o poeta realiza sobre as motivações iniciais da revolta indica a ação desastrosa do último grupo para conseguir o poder, pois estes, segundo o autor buscaram influenciar a população a se rebelar contra o governo provincial. Na construção da narrativa, Magalhães destacou que a principal consequência das disputas partidárias entre a elite maranhense foi a eclosão da revolta, e nesse processo os liberais foram responsabilizados pela incitação perigosa do povo no envolvimento da luta política.

Conforme a historiografia sobre a Balaiada já destacou, a partir desta ótica, os rebeldes populares foram caracterizados durante muito tempo como homens sem nenhuma civilização, que viviam de rapina, matavam com naturalidade, e principalmente não teriam nenhuma

motivação política para se rebelar contra o governo. Na *Memória* registrada por Magalhães, os rebeldes obedeceram uma “mão oculta” para realizar de suas ações e aproveitaram essa situação para praticar maldades, exercendo os seus instintos primitivos.

Para justificar esta concepção, na exposição apresentada pelo autor sobre o início da revolta e sobre a motivação inicial dos principais líderes populares, percebemos que aspectos desses acontecimentos foram ignorados pelo autor.

Podemos citar como exemplo, a narrativa do acontecimento do assalto da cadeia da Vila de Manga pelo vaqueiro Raymundo Gomes, que invadiu a cadeia com o objetivo de libertar seu irmão, que havia sido recrutado, e também acabou por libertar os outros presos. A partir de então, iniciaram-se as reivindicações e pressões sob as autoridades locais da Comarca de Itapecuru-Mirim e esse fato é comumente associado como o início da revolta.

A questão familiar que compõe o cenário dessa ação de Raymundo Gomes não foi posta na narrativa escrita por Magalhães o que evidencia um aspecto que o autor não gostaria de apresentar sobre os rebeldes. Magalhães chega a acrescentar no manuscrito, que encontra-se disponibilizado no arquivo nacional, a informação de que o irmão de Raymundo Gomes estava preso, na ocasião do assalto.

Entretanto, para a publicação da *Memória*, esta informação foi extraída, o que nos indica que Magalhães preferiu não apresentar a problemática do recrutamento forçado, negligenciando esse elemento importante que motivou o assalto à cadeia, e também evidencia o cuidado do autor em não expor questões que pudessem causar empatia dos leitores para com os rebeldes, pois a compreensão de questões familiares poderia de certa forma legitimar o início da revolta e também “humanizar” os rebeldes, que são retratados como bárbaros irracionais.

Portanto, podemos destacar que o objetivo principal da obra era transmitir uma “lição histórica”, pois ao narrar os acontecimentos da Balaiada, Magalhães destacava que o fim da revolta era o momento de nascimento do *espírito da ordem* que deveria prevalecer no futuro, e, que essa ordem estava associada à ação triunfante dos conservadores, marcada especialmente através da figura de Luís Alves de Lima para o cargo de presidente da província como um momento de ruptura na revolta da Balaiada.

Assim, ao publicar o texto na *Revista do IHGB*, percebemos que existe a tentativa de construir uma memória sobre o passado recente que serviria de base para as reflexões do presente, e influiria nas disputas políticas que ocorriam nos anos finais da década de 1840.

É importante destacar também que a interpretação contida na *Memória* escrita por Magalhães não seria aceita unanimemente pelos leitores assim que foi publicada, especialmente entre os leitores do Maranhão. Devido às críticas sobre os contemporâneos, a publicação da obra seria recebida na província do Maranhão com ressalvas, principalmente com relação à caracterização que Magalhães apresenta da relação entre o partido Bem ti vi (liberal) e os líderes populares.

A *Revista Universal Maranhense*, publicada do ano de 1850, expõe uma crítica à *Memória*. Apesar de ressaltar o esforço do poeta em narrar os acontecimentos baseando em um número considerável de fontes, a crítica indica que o autor equivocou-se na associação entre liberais e os líderes rebeldes, e alerta que o uso das fontes induz os leitores a apreciar como verdadeira essa associação, destacando que um partido tão grande e forte da capital, como era o dos liberais, não colocaria à sua frente um “miserável” como Raymundo Gomes.

Portanto, a disputa pela narrativa não seria encerrada com a publicação da *Memória*. O local de sua publicação era uma importante referência no campo cultural e político brasileiro, mas a construção da narrativa encontraria vozes opositoras. Entretanto, para a perspectiva dos rebeldes dos balaíos não encontraremos muitas observações de suas particularidades. Isso aconteceria apenas com a renovação da Historiografia muitos anos mais tarde.

BIBLIOGRAFIA

BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial”. In. GRINBERG, Keila e SALLES Ricardo (orgs.) *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2009. 12^a. edição.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “*Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*”: *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de doutorado, USP: 1994.

MAGALHÃES, D. J. G. *Poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia Ogier. 1832.

_____ “Memória histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Memórias da Balaiada”. *Novos Estudos do CEBRAP*, n.23, março, 1989.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-18340)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Revista do IHGB, v. 7, 1847.

Revista Universal Maranhense. In: Magalhães, Domingos José Gonçalves de. *A Revolução da Província do Maranhão. Desde 1839 até 1840: Memória Histórica e Documentada*. São Luís: Tip. do progresso, impresso por B. de Mattos, 1858.